



Câmara Municipal de Pirassununga

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Fone: (019) 561-2681 - Fax: (019) 561-2811

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO

Nº 151/97

03.06.97
10h

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 23.455, de 10 de maio de 1985, autorizou a criação de Conselhos Comunitários de Segurança;

CONSIDERANDO que a participação da população, em cooperação com a polícia, poderá contribuir de forma positiva para a manutenção da ordem e segurança;

CONSIDERANDO que o objetivo principal é equacionar e solver os problemas relacionados com a segurança da população;

CONSIDERANDO que com a representação popular há melhoria sensível nas formas de coibir ações funestas de marginais;

CONSIDERANDO que o Município tem pré-disposição em garantir a segurança da população;

CONSIDERANDO ainda que o Capitão LUIS EDUARDO PESCE DE ARRUDA, é o coordenador dos Consegs no Estado e é também oriundo da Terra Corimbatã;

CONSIDERANDO que referido miliciano poderia ajudar o Município na implantação do CONSEG;

REQUEIRO à Mesa, pelos meios regimentais, seja oficiado ao DR. JOSÉ HENRIQUE VENTURA, DD. Delegado Titular de Polícia do Município, bem como ao CAP.PM. VALDEMIR JOSÉ PAVESI, solicitando a reativação do Conselho Comunitário de Segurança no Município.

Sala das Sessões, 03 de Junho de 1997.

Roberto Bruno
Vereador

Natal Suelen

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÙBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

ANEXO:

Relação de Públicos Básicos dos CONSEG

Qualquer Instituição seleciona públicos - grupos de pessoas ou Instituições - com os quais deseja interagir mais proximamente, em dado momento.

No caso dos Conselhos Comunitários de Segurança, parece- nos oportuno sugerir, face aos objetivos e metas fixados pela Coordenadoria, que seja dedicada especial atenção aos seguintes públicos:

1. Membros Natos do CONSEG
2. Membros da Diretoria do CONSEG
3. Demais Membros do CONSEG
4. Diretores e membros de CONSEG de relacionamento
5. Familiares de Diretores e membros do CONSEG
6. Ex-participantes de elevado mérito do CONSEG
7. Autoridades da Polícia Civil da área
8. Autoridades da Polícia Militar da área
9. Representantes de órgãos especializados da Polícia Civil
10. Representante do Corpo de Bombeiros
11. Representante do Policiamento Florestal e de Mananciais
12. Representante do Policiamento Rodoviário Estadual
13. Representante do Policiamento de Trânsito Urbano
14. Representante do Policiamento Feminino
15. Prefeito Municipal
16. Vice- Prefeito
17. Deputados Federais
18. Deputados Estaduais
19. Vereadores
20. Juizes de Direito
21. Promotores Públicos
22. Membros das Forças Armadas
23. Outros representantes da Justiça e Ministério Público (inclusive Juizado de Menores)
24. Representante do Ministério da Justiça
25. Representante da Polícia Rodoviária Federal
26. Representante da Polícia Federal
27. Representante da Polícia Ferroviária Federal



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

28. Representante do Ministério do Trabalho
29. Representante do Ministério das Minas e Energia
30. Jornalistas e veículos de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio e TV)
31. Representantes de agências de publicidade e produtoras comerciais
32. Líderes religiosos
33. Representante da OAB
34. Outros Advogados
35. Professores de IIIº grau
36. Professores de Iº e IIº graus
37. Professores de pré - escola
38. Representante da APAE, de entidades e instituições especiais destinadas ao atendimento de deficientes
39. Industriais
40. Funcionários de indústrias
41. Empresários
42. Bancários
43. Comerciantes
44. Representante do DSV, CET e órgão de trânsito de âmbito municipal
45. Agricultores, pecuaristas e profissionais de nível superior ligados à agricultura e pecuária
46. Representantes de unidades de produção agrícola
47. Representantes de órgãos de assistência veterinária e controle de zoonoses
48. Representantes de órgãos de abastecimento ou agricultura
49. Representantes de órgãos de produção e comercialização florestal
50. Representantes de órgãos de proteção ao meio ambiente
51. Representantes de entidades ambientalistas e de proteção a ecologia
52. Representante da CETESB
53. Representantes de hospitais ou estabelecimentos de saúde
54. Representantes de entidades de assistência a enfermos
55. Representantes de programas de saúde, de prevenção e controle a doenças infecciosas
56. Representantes de órgãos de assistência e promoção social (inclusive albergues e asilos)
57. Representantes de entidades de assistência à criança e ao adolescente
58. Representante da FEBEM
59. Representantes de Fundo Federal, Estadual ou Municipal de Solidariedade
60. Representantes de órgãos de defesa de Direitos Humanos
61. Representante da TELESP
62. Representantes de empresas de telecomunicações



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

63. Representantes de grupos de jovens da comunidade
64. Representantes de Associações de Pais e Mestres e da comunidade escolar
65. Representantes de Guardas Mirins e similares
66. Representante de Rotary Clube
67. Representante de Lions Clube
68. Representantes de Lojas Maçônicas
69. Representantes de outras entidades, federações ou clubes de serviço
70. Representante da SABESP
71. Representante do DAEE
72. Representantes de serviços de obras e saneamento
73. Representantes de empresas de energia elétrica
74. Representantes de companhias de distribuição de gás
75. Representantes de organismos, federações ou clubes desportivos
76. Representantes do setor turístico e hoteleiro
77. Representantes de organismos de Defesa do Consumidor
78. Representantes de órgãos oficiais de estatística e análise de dados
79. Representantes de empresas de informática
80. Representantes de entrepostos, portos e armazéns gerais
81. Representantes de institutos de pesquisa
82. Representantes de órgãos de pesos e medidas
83. Representantes de órgãos de administração prisional
84. Representantes de entidades de assistência ao preso
85. Representantes da União dos Escoteiros e Federação das Bandeirantes
86. Representante do DERSA
87. Representante do DER
88. Representantes de empreiteiras de construção e manutenção viária
89. Representantes de ferrovias e do Metrô
90. Representantes de empresas aéreas
91. Representantes de empresas de transporte de carga
92. Representantes de empresas de transporte coletivo de passageiros
93. Representantes de empresas de transporte escolar
94. Representantes de taxistas
95. Representantes de museus e centros culturais
96. Representante do serviço funerário
97. Representantes de centros esportivos, educativos e recreativos do trabalhador
98. Representantes de associações de amigos de bairro
99. Representantes de associações de vítimas de atos violentos
100. Representantes de entidades de assistência ao idoso



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

101. Representantes de entidades de assistência a mulher
102. Representantes de entidades de assistência ao migrante
103. Representante de organismo de Defesa Civil
104. Representante de Guarda Municipal
105. Representantes de Sindicatos ou Associações
106. Representantes de comunidades indígenas
107. Outros Profissionais liberais
108. Outros líderes comunitários
109. Outros, segundo a peculiaridade de cada CONSEG.

JOSÉ VICENTE DA SILVA FILHO
Coordenador Estadual dos CONSEG

JPB 26/5/97
p-4

Polícia e sociedade viram parceiros

■ ONGs promovem união entre Estado e população e mudam política de segurança pública

MAURO VENTURA*

O coro de críticas à polícia desafia em alguns pontos do país. Os aplausos partem de moradores de cidades como Novo Hamburgo (RS) e Guacuí (ES). Outros lugares, mesmo longe de se ver livres da violência policial, têm criado iniciativas de combate aos abusos. Para debater os casos bem-sucedidos de parceria entre a sociedade e o Estado na área de segurança pública, o movimento Viva Rio promove hoje e amanhã em Brasília a Conferência Nacional sobre Segurança, Justiça e Cidadania. Os grupos de trabalho vão analisar temas como *Acesso à cidadania e à Justiça e Mediação de conflitos coletivos*.

As experiências vão do policiamento comunitário ao programa de proteção a testemunhas. Estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Sergipe e Alagoas, por exemplo, têm promovido cursos de Direitos Humanos para a polícia. A PM alagoana chegou a ter aula prática com o sem-terra. Em Guacuí, cidadezinha de 30 mil habitantes no Espírito Santo, a violência caiu graças à polícia interativa. "Ela é um passo além da polícia comunitária", explica o ex-prefeito Luiz Moulin, responsável pelo projeto, junto com o capitão Júlio César. Moulin assumiu o cargo em 1992 e ficou espantado com o envolvimento dos PMs com o tráfico de drogas.

O começo da moralização se deu em 1994. Foi criado um conselho comunitário, com a participação de diversas entidades, como a OAB, para discutir a política de segurança pública. O grupo acabou virando uma ONG: Conselho Interativo de Segurança Pública. Conseguiram a adesão dos empresários e, em seis meses, a polícia foi inteiramente modernizada. Em seguida, a cidade foi mapeada segundo os problemas. Trechos com iluminação deficiente, por exemplo, receberam melhorias, o que reduziu o número de roubos.

Cesta básica — Também surgiram os Serviços de Atendimento ao Cidadão (SACs), com umas em locais públicos para a população denunciar os abusos. Os maus policiais são punidos e os bons, premiados. Podem receber cestas básicas ou dinheiro. Até dia 30 de abril, a cidade comemorou 835 dias sem violência policial e a criminalidade caiu em média 32,5% por ano. "Gente de todo o Brasil vem estudar a polícia interativa", diz.

No Rio Grande do Sul, a população também ajuda a decidir os destinos da polícia. Desde 1980 funciona em Novo Hamburgo a ONG Conselho Comunitário Pro-Se-



O capitão Arruda diz que os 600 conselhos de segurança da comunidade de São Paulo ajudam no combate à violência

Penal alternativa reduz drama dos presídios lotados

Um dos temas da Conferência Nacional sobre Segurança, Justiça e Cidadania é como divulgar a importância das penas alternativas e como mobilizar juizes para a compreensão dessa necessidade. Atualmente, dois projetos de lei enviados pelo governo tramitam no Congresso, aguardando aprovação. Sendo aprovados, haverá uma redução de 30% da população carcerária, beneficiando imediatamente cerca de 30 mil detentos.

A socióloga Julia Lemgruber, relatora do seminário, explica que uma das propostas é aumentar a abrangência dos tipos de condenação. Hoje, só podem ser beneficiados com as penas alternativas os presos que tenham condenação de até um ano. O projeto prevê uma extensão para quatro anos.

Além disso, os projetos sugerem o acréscimo de opções de penas alternativas. Uma das sugestões é a prestação pecuniária, ou seja, a prestação de serviços à comunidade através de auxílio financeiro. Esta pena deverá ser aplicada em casos onde o condenado tenha dado golpes financeiros.

A socióloga diz que um dos fatores que leva ao alto índice de rebeliões nos presídios brasileiros é a superpopulação carcerária. Segundo ela, a falta de direitos e benefícios legais, como liberdade condicional, revolta os presos. Com a desburocratização do julgamento de condições, outro item destes projetos, o problema será minimizado.

"As propostas prevêem uma au-

diência oral com o preso. Hoje é necessário analisar uma pilha de exames e avaliações até chegar à audiência. Pelo novo processo, informatizado, o preso é levado ao tribunal e, diante do juiz, da promotoria e do diretor do presídio, seu caso é mais rapidamente apreciado, e o resultado é imediato", explica.

Censo — Julia acredita que a implantação deste novo processo de audiência poderá auxiliar na diminuição de 10% da população carcerária. De acordo com o censo penitenciário de 1996, este percentual de presos corresponde a penas com menos de quatro anos de detenção. Por esse critério, cerca de 15 mil detentos ficariam mais rapidamente fora das prisões, amenizando a tensão nas unidades penitenciárias.

Um outro aspecto será a questão do critério de detenção. Julia analisou qualitativamente os presos do Rio de Janeiro e concluiu que 24,3% não cometeram crime de natureza violenta. Segundo ela, esta indiscriminação de casos leva a um outro impasse: presos de baixa conduta convivem com os de alta periculosidade.

Galo — Um dos casos se deu no presídio Vieira Ferreira Neto, em Niterói. O rei foi condenado a mais de cinco anos de prisão por ter roubado um galto de briga. "Como ele forçou a porta do galinheiro, caracterizou-se furto qualificado. Neste caso, a pena é de dois a oito anos." Para Julia, "é impossível a convivência de um rei como este com um esturupador".

A questão penitenciária e a letra morta da lei, de Arnaldo de Castro Palma, Ivonete Rogério e Lair Celeste Dias Neves, é o mais atualizado trabalho brasileiro sobre população carcerária, tratamento penal, penas alternativas, pericia criminal, pedagogia, psicologia e psiquiatria nas cadeias. Seus autores participaram juntos de trabalhos especializados em penitenciárias do Paraná.

O capítulo *Penas alternativas versus sentenças sem significado* traz 15 casos extraídos de peças de autos. "Os crimes considerados hediondos como latrocínio, estupro, tráfico de drogas, extorsão mediante sequestro e homicídio qualificado não pesam sobre mais do que 10% dos condenados atualmente cumprindo pena", dizem os autores.

Gregori negocia projeto com Íris

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Íris Resende, e o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, reúnem-se hoje para afinar o discurso sobre o projeto que transfere da Justiça Militar para o foro comum os crimes comuns cometidos por policiais militares no exercício da função. Gregori pedirá o apoio do ministro à proposta do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) — já aprovada pela Câmara —, em trâmite no Senado. A proposta foi duramente criticada por Íris, logo após sua posse.

"Vou conversar com o ministro e esclarecer os pormenores", disse Gregori. Segundo ele, a versão final do projeto "é equilibrada". Seu ponto de vista é o de que o projeto é bom porque não transfere da Justiça Militar para o comum todos os crimes, como propunha Bicudo, mas torna obrigatória a presença de um promotor público no andamento dos inquéritos militares.

"Quem negociou a solução aprovada pela Câmara foi o governo", avisou o secretário. Como se trata de um compromisso firmado pelo ex-ministro Nelson Jobim, Gregori acredita que Íris deixará de se opor ao projeto. Ele sustenta que Íris não promoverá mudanças profundas. "A linha (política) do ministério é bem enraizada, vem do presidente da República", lembrou o secretário. Gregori preside o grupo de trabalho que estuda as soluções para a violência. A comissão, que volta a se reunir no dia 4, tem 20 integrantes.

OS INTEGRANTES DA COMISSÃO

José Gregori — Presidente do grupo de trabalho. Secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, ajudou a elaborar o Plano Nacional de Direitos Humanos. Tem 62 anos, é formado em Direito pela USP e professor licenciado de sociologia jurídica na PUC-SP.

Aires Barros Olivo — Tem 53 anos e é subinspetor da Inspetoria-Geral do Exército, órgão encarregado de fiscalizar os armamentos e munições das polícias militares e controlar o número de policiais que compõe o efetivo de cada PM.

Marco Antônio Diniz Brandão — Ministro, diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Internacionais. Tem 48 anos, é diplomata desde 1974 e já trabalhou no setor de Direitos Humanos da ONU. Integra o grupo de trabalho na posição de quem é obrigado a dar satisfações à comunidade internacional sobre os casos de brutalidade policial que ocorrem no Brasil. "Hoje, os direitos humanos são um dos pontos mais sensíveis das relações internacionais."

João Lauro Gomes Noguez — Vice-diretor geral da Polícia Federal. 48 anos.

Gilberto Serra — Secretário de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Geral, 60 anos, leva para a comissão uma série de propostas coletadas pela secretaria sobre as polícias, como a de criar mecanismos para unificar o comando das polícias civil e militar em cada estado. Foi secretário de Segurança Pública do Distrito Federal por um ano e oito meses, no início do governo Crstóvam Buarque.

José Eichenberg — Secretário de Segurança e Justiça do Rio Grande do Sul. Foi responsável pela exclusão de fichários de presos políticos dos computadores da Polícia Civil gaúcha, enviados ao Arquivo Público. Mas já foi chamado de "Dops" pelo chefe da Polícia do Rio, Hélio Luz, com quem teve um bate-boca em Brasília por defender trabalho com informações para acompanhar e prevenir ações dos sem-terra. Advogado, tem 50 anos, é defensor de trabalho integrado de secretarias e polícias, ideia defendida desde que trabalhou no Ministério da Justiça, na gestão Paulo Brossard, de quem foi assessor, chefe de gabinete, secretário-geral e secretário executivo do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana.

Luiz Antônio Guimarães Marrey — Procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo.

Paulista, 41 anos, promotor, formado em direito pela USP. Foi chefe de gabinete do ex-ministro da Justiça Paulo Brossard e fundador do Movimento do Ministério Público Democrático, em parte de uma atuação mais dinâmica por parte da promotoria.

Pereillo Lima Neto — Integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB federal e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Goiano, 53 anos, advogado, foi promotor de Justiça do Distrito Federal e procurador de Justiça.

Roberto Kant Lima — Professor de antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), 50 anos, PhD pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, coordenador do convênio UFF/Departamento de Criminologia da Universidade de Ottawa, no Canadá, escreveu o livro *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*.

Rubem César Fernandes — Presidente do movimento Viva Rio. Antropólogo, niteroiense, 53 anos, diretor do Instituto de Estudos da Religião (Isler), foi um dos organizadores do ato Reage Rio, que reuniu milhares de canoas em protesto contra a violência do Rio, em 1995. Mestre pela Universidade de Varsóvia, na Polónia, PhD pela Universidade, nos Estados Unidos.

Paulo Mesquita Neto — Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Advogado, 35 anos, foi sub-relator geral do Programa Nacional dos Direitos Humanos do governo. Faz mestrado e doutorado em ciência política pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.

Jorge da Silva — Coronel da PM, 53 anos, leva para os debates uma perspectiva pouco explorada, no Brasil, para avaliar a brutalidade policial: o componente racial. "Como sou negro, sempre me interessei pelo estudo do racismo como um das causas da violência no Brasil", afirma ele, que foi sub-comandante da PM e chefe do Estado Maior da PM do Rio de 1991 a 1995, na gestão do secretário Carlos Magno Nazaretti Cerqueira.

Luiz Sales — Publicitário. Representante da sociedade civil, foi vítima, em 1989, de um dos mais longos sequestros já realizados no Brasil: 66 dias. Tem 63 anos, é formado em agronomia, mas sua atuação profissional sempre se deu nas áreas de publicidade, marketing e comunicação social. Foi diretor-presidente da Sales DMB&B Publicidade.

Luiz Moulin — Fundou o MDB em Guacuí

(ES), cidade onde foi duas vezes prefeito. Ex-líder estudantil na Ação Popular (AP), foi exilado na França, onde se especializou na questão do Estado. Duas vezes secretário no Espírito Santo, tem 49 anos, é do PV e ajudou a criar a ONG Conselho Interativo de Segurança Pública de Guacuí, que reduziu a violência na cidade em mais de 30%.

João Manoel Simch Brochado — Ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, entre 1987 e 1994. Coronel da reserva do Exército, 69 anos.

Guilherme Henrique Magaldi — Procurador regional da República no Distrito Federal. Tem 40 anos, vai representar o Ministério Público Federal no grupo de trabalho. Formado em direito pela Universidade de Brasília e mestre em criminologia pela Universidade de Louvain, na Bélgica, Magaldi diz que um dos principais trabalhos do grupo será encontrar um rumo comum dentro das inúmeras propostas já existentes para reformar as polícias brasileiras.

Nilton Cerqueira — Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 66 anos, alagoano. Foi comandante-geral da PM no início dos anos 80 e deputado federal pelo PP do Rio. Chefiou o grupo que matou no interior da Bahia, em 1971, o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca.

Pablo Antônio Pereira Pinto — Coordenador geral da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Nelson Freire Terra — Coronel reformado, advogado e professor de direito. Tem 61 anos, entrou para a academia militar em 1965 e alcançou seu mais alto posto dentro da corporação no governo Figuey, como comandante militar da Região Leste de São Paulo. É também formado em história e comunicação, e tem tese acadêmica sobre segurança nacional. Nasceu na cidade paulista de Capatava.

Achille Benedito de Oliveira — Presidente da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia de Carreira (Condepol) e presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal. Mineiro, 46 anos, formado em direito pela Universidade Federal Fluminense, diz que o governo "nunca investiu nem nunca teve política de segurança pública". Achille propõe que se abra a polícia para o controle social e se reestruture o aparelho policial. "O efetivo da Polícia Civil, por exemplo, é 30% do ideal."